

O primeiro texto do volume 11, número 3 da *Trabalho, Educação e Saúde* é o ensaio *Propostas inovadoras na formação profissional para o Sistema Único de Saúde*. De autoria de Dinair da Hora et al., tem como temática central as propostas da Comissão Independente, formada por profissionais de diversos países, cujo propósito é produzir orientação para a formação com foco na promoção à saúde. A associação entre a mercantilização da educação superior e o emprego de estruturas gerenciais orientadas pela lógica da competitividade constituem o cenário em que se constrói as indagações do artigo *Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior*, de Adolfo Ignácio Calderon. O autor coloca em debate até que ponto existe coerência ética entre o que é ensinado em sala de aula e as práticas gerenciais.

A proposta de adoção de referenciais pedagógicos inovadores é algo que perpassa diversos documentos de formação na área da saúde. O artigo *Inovações do século passado: origens dos referenciais pedagógicos na formação profissional em saúde*, de Solange Reis e Roseli Esquerdo Lopes, investiga os princípios pedagógicos mais recorrentes em documentos oficiais e explora a relação desses princípios com as pedagogias não diretivas formuladas com base na educação infantil.

O desenho do perfil social e de atuação do agente comunitário de saúde remete a experiências e debates políticos que tiveram espaço ao longo do século XX e que contaram com a participação de atores institucionais internacionais. No artigo *Atenção primária à saúde e o perfil social do trabalhador comunitário em perspectiva histórica*, de Angélica Ferreira Fonseca, Marcia Valéria Morosini e Maria Helena Mendonça, temas importantes dessa disputa são recuperados e discutidos, contribuindo para a compreensão das características que atualmente, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), se delineiam para esse trabalhador.

*Representações sociais da educação em saúde pelos profissionais da equipe de saúde da família* é o artigo de Maria Flávia Gazinelli et al. No estudo, os autores tematizam as representações sobre a prática educativa efetivada e a educação em saúde. Os sujeitos da pesquisa são 240 profissionais de 20 unidades básicas de saúde. Os resultados mostram que entre os médicos e os enfermeiros destacam-se ‘capacitação’ e ‘prevenção’ como prováveis elementos centrais dessa representação. No grupo de agentes comunitários de saúde e de auxiliares de enfermagem, os elementos centrais de representação se referem aos termos ‘educação’ e ‘prevenção’. Os autores assinalam que, de acordo com a pesquisa, a educação em saúde continua objetivando a prevenção da doença por meio da transmissão de informações sobre higiene e hábitos saudáveis.

As interfaces entre o contexto de luta e a vida cotidiana de mulheres camponesas e os processos de saúde–adoecimento, aliados à educação popular,

são temas que se articulam, gerando a reflexão do artigo *Contribuições do movimento de mulheres camponesas para a formação em saúde*, de Vanderléia Laodete Pulga. A perspectiva de que a resistência popular conjugada com a afirmação de modos próprios de pensar as práticas e as políticas de saúde, bem como o SUS, são elementos centrais na discussão ético-política desenvolvida pela autora.

A desconstrução de direitos sociais que permeia a lógica das sociedades capitalistas indica a necessidade permanente de mobilização e participação da população na construção e implementação de políticas públicas. Partindo desse pressuposto, Danúbia Rocha Vieira et al., no artigo *Participação, cidadania e políticas públicas: a construção da saúde em espaços de organização popular*, analisam características da participação de algumas organizações populares no âmbito da saúde. Dentre as várias discussões trazidas no texto, os autores chamam atenção para o fato de que em instâncias de participação ligadas ao setor saúde ocorre um distanciamento da concepção ampliada de saúde em favor de um olhar biologicista. Observam ainda a necessidade de avançar para que a participação seja entendida como autonomia dos sujeitos e ampliação do poder coletivo de decisão.

Os avanços tecnológicos na área da saúde têm possibilitado o aumento das chances de nascimento de crianças e, ao mesmo tempo, do número de neonatos graves nas unidades de tratamento intensivo, as UTIs. Decorre desse quadro a necessidade de qualificação profissional. No estudo *Programa educacional para unidades de terapia intensiva neonatais e pediátricas brasileiras*, Edna Aparecida Bussotti et al. avaliam 13 hospitais da rede pública das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com base na análise de conformidade de dez critérios. Na discussão, os autores refletem sobre a importância da implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do SUS (PROADI-SUS), concluindo que ele contribuiu para o aumento dos índices de conformidade da maior parte dos critérios que balizaram a avaliação.

A tensão entre uma formação técnico-científica e uma formação que valorize as relações humanas está presente no ensino das profissões que têm foco no cuidado. No estudo de Josiane Bernart Ferla, *Ênfase nas relações interpessoais na formação inicial do enfermeiro sob o paradigma ético-humanista*, os egressos e docentes de um curso de enfermagem são abordados em entrevistas e por questionário para colocar em discussão a formação. Com base na análise das entrevistas, foram constituídas três categorias: totalidade/multidimensionalidade, interdisciplinaridade/disciplinaridade/dicotomia teoria-prática e relações interpessoais/competência interpessoal. A discussão da autora sintetiza alguns desafios postos para a formação do enfermeiro ante a importância deste profissional estabelecer com o usuário uma relação menos mecanizada e na qual ambos possam se posicionar como sujeitos valorizados em suas múltiplas dimensões.

No artigo *Percepções e práticas de cuidadoras comunitárias no cuidado de crianças menores de três anos*, de Aida Victoria Montrone et al., os pesquisadores ressaltaram uma situação frequente na realidade brasileira – o cuidado de crianças em espaços não institucionalizados exercido por cuidadoras comunitárias – para investigar as percepções dessas mulheres sobre o cuidado de crianças. O estudo revela que as cuidadoras entendem que esse cuidar equivale a suprir necessidades de higiene, alimentação e proteção afetiva e física.

Este número traz ainda um relato de autoria de Maria Socorro Linhares et al., *Programa de educação para trabalho e vigilância em saúde*, no qual a experiência de formação de estudantes de medicina, odontologia e enfermagem, de Sobral, Ceará, é posta em discussão.

Psicanálise e política são temas centrais na entrevista concedida por Christian Dunker a Hellington Chianca Couto.

O número se encerra com duas resenhas. A primeira, de Marco Aurélio Santana, examina o livro *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*, de autoria de Adalberto Cardoso, que trata da desigualdade social no Brasil. A segunda, de Milena Silva dos Santos, Lucia Hisako Takase Gonçalves e Marília de Fátima Vieira de Oliveira, analisa a obra *O que é saúde?*, de Naomar de Almeida Filho, na qual o autor enfrenta os desafios postos em diversos planos pela ampliação do conceito de saúde.

*Angélica Ferreira Fonseca*

*Carla Macedo Martins*

*Marcela Alejandra Pronko*